



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.147, DE 2025**

**(Do Sr. Rodrigo Rollemberg)**

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para destinar 20% (vinte por cento) dos royalties devidos à União, oriundos da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, a fundos voltados à bioeconomia, à transição energética e à descarbonização industrial.

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;  
DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS;  
MINAS E ENERGIA;  
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Rodrigo Rollemberg -  
PSB/DF

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para destinar 20% (vinte por cento) dos royalties devidos à União, oriundos da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, a fundos voltados à bioeconomia, à transição energética e à descarbonização industrial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para destinar 20% (vinte por cento) dos royalties devidos à União, oriundos da exploração de petróleo e gás natural, no regime de concessão e no regime de partilha de produção, a fundos voltados à bioeconomia, à transição energética e à descarbonização industrial.

Art. 2º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º .....

XXXVII - Margem Equatorial Brasileira: região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, abrangendo as bacias sedimentares marítimas da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico.

“Art. 48. ....





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Rodrigo Rollemberg -  
PSB/DF

Apresentação: 20/08/2025 19:24:00.453 - Mesa

PL n.4147/2025

II - .....

.....

“f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo, e observado que, no caso da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, 20% (vinte por cento) desse montante serão distribuídos da seguinte forma:

1. um terço (1/3) ao Fundo Amazônia, para financiamento de ações de bioeconomia, reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal;

2. um terço (1/3) ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com prioridade para programas de apoio à transição energética e ao financiamento de novas energias renováveis;

3. um terço (1/3) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico – FNDIT, criado pela Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, destinado exclusivamente ao financiamento de programas e projetos voltados à descarbonização da indústria nacional.”

.....” (NR)

“Art. 49. ....

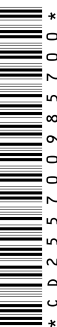
.....

II - .....

.....

f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo, e observado que, no caso da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, 20% (vinte por cento) desse montante será distribuído da seguinte forma:

1. um terço (1/3) ao Fundo Amazônia, para financiamento de ações de bioeconomia, reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal;





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Rodrigo Rollemberg -  
PSB/DF

Apresentação: 20/08/2025 19:24:00.453 - Mesa

PL n.4147/2025

2. um terço (1/3) ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com prioridade para programas de apoio à transição energética e ao financiamento de novas energias renováveis;

3. um terço (1/3) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico – FNDIT, criado pela Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, destinado exclusivamente ao financiamento de programas e projetos voltados à descarbonização da indústria nacional.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

.....

XIV - Margem Equatorial Brasileira: região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, abrangendo as bacias sedimentares marítimas da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico.

Art. 42-B. ....

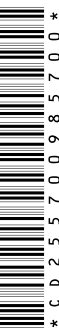
.....

II - .....

.....

“f) 22% (vinte e dois por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo, e observado que, no caso da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, 20% (vinte por cento) desse montante serão distribuídos da seguinte forma:

1. um terço (1/3) ao Fundo Amazônia, para financiamento de ações de bioeconomia, reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Rollemberg -**  
**PSB/DF**

Apresentação: 20/08/2025 19:24:00.453 - Mesa

PL n.4147/2025

2. um terço (1/3) ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com prioridade para programas de apoio à transição energética e ao financiamento de novas energias renováveis;

3. um terço (1/3) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), criado pela Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, destinado exclusivamente ao financiamento de programas e projetos voltados à descarbonização da indústria nacional.”

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

A Margem Equatorial, que se estende do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, é considerada uma das últimas fronteiras exploratórias de petróleo e gás natural no Brasil, com potencial expressivo de reservas e importância estratégica para a soberania energética do país.

Este Projeto de Lei propõe que 20% dos royalties da União provenientes da exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial sejam destinados a três fundos estratégicos:

- Fundo Amazônia – para financiar ações de bioeconomia, reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal;
- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima – com prioridade para projetos de transição energética e novas energias renováveis;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico – FNDIT – para programas de descarbonização industrial, incentivando a modernização e a competitividade sustentável da indústria nacional.

A medida assegura que parte da riqueza oriunda de recursos fósseis seja revertida em investimentos que fortaleçam a sustentabilidade ambiental, a economia de baixo carbono e a





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Rollemberg -**  
**PSB/DF**

Apresentação: 20/08/2025 19:24:00.453 - Mesa

PL n.4147/2025

transição energética justa. Trata-se de alinhar a política de exploração de petróleo com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate às mudanças climáticas, em especial no âmbito do Acordo de Paris.

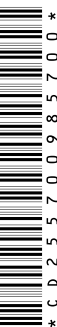
Importante ressaltar que a eficácia desta Lei está condicionada à efetiva exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial sob o regime de partilha de produção ou de concessão, a qual somente poderá ocorrer após a obtenção das autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação em vigor. As operações de exploração deverão respeitar integralmente o processo de licenciamento ambiental conduzido pelos órgãos competentes, incluindo a realização de estudos de impacto ambiental e a adoção de medidas de mitigação, de forma a assegurar que a atividade seja iniciada apenas após a conclusão de todos os trâmites legais voltados à proteção ambiental.

Ao atrelar o aproveitamento econômico da exploração dos recursos naturais da Margem Equatorial a investimentos em energias renováveis, preservação florestal e descarbonização industrial, este Projeto de Lei estabelece um mecanismo perene de financiamento para a sustentabilidade, transformando a renda petrolífera em vetor de desenvolvimento limpo e inovador.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

**Deputado Federal RODRIGO ROLLEMBERG**  
**PSB/DF**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199708-06:9478">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199708-06:9478</a>
<b>LEI Nº 12.114, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200912-09:12114">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200912-09:12114</a>
<b>LEI Nº 14.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202406-27:14902">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202406-27:14902</a>
<b>LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201012-22:12351">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201012-22:12351</a>

**FIM DO DOCUMENTO**